

MEMÓRIAS COLETIVAS DO POVOADO DE PARACATU DE SEIS DEDOS E LUTA POR RECONHECIMENTO¹

Letícia Aparecida Rocha²

Bruna M. Machado Simões³

RESUMO:

A memória coletiva tem um papel fundamental na construção das identidades tradicionais no Sertão Norte Mineiro, bem como cultural e da histórica de um grupo. Por diversas situações elas podem se tornarem subterrâneas, e ganharem “narrativas oficiais” lendárias descaracterizando a sua condição de plasticidade em que acontecem constantes transformações e adaptações, influenciadas por transformações sociais e culturais. Estas podem ser reavivadas e mobilizadas para promoção de mudanças e superação de injustiças com a reinterpretação e avaliação das famílias remanescentes do Antigo povoado Paracatu de Seis Dedos no atual município de Ponto Chico no Norte de Minas Gerais. As memórias subterrâneas das famílias remanescentes se organizam separadamente sobre duas dimensões sociais, as quais, juntas, consolidam um modo tradicional de vida dos sujeitos às margens do rio São Francisco, ao mesmo tempo que são instrumentos de resistência na luta por reconhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: MEMÓRIAS SUBTERRÂNEAS, TRADICIONALIDADE, RIO SÃO FRANCISCO.

Abstract

Collective memory plays a fundamental role in the construction of traditional collective identities in the Sertão Norte Mineiro region, as well as the cultural and historical identities of a group. In various situations, these identities can become underground and gain borrowed “official narratives”, distorting their plastic condition, in which constant transformations and adaptations occur, influenced by social and cultural transformations. However, these memories will be revived and mobilized to promote change and overcome injustices with the reinterpretation and evaluation of the remaining families of the old Paracatu de Seis Dedos settlement in the current municipality of Ponto Chico in the North of Minas Gerais. The underground memories of the remaining families are organized separately around two social dimensions, which, together, consolidate a traditional way of life for the individuals on the banks of the São Francisco River, while also being instruments of resistance in the struggle for recognition.

KEYWORDS: UNDERGROUND MEMORIES, TRADITIONALITY, SÃO FRANCISCO RIVER.

¹ "Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)". Este artigo faz parte do Processo: APQ-03951-25 | Edital FAPEMIG Nº B01/2025 - DEMANDA UNIVERSAL. Estudos antropológicos para fins de caracterização histórica, econômica, agroambiental, sociocultural, identificação e delimitação dos territórios das comunidades quilombolas, pesqueiras e vazanteiras de Balaeiro (Januária-MG), Canabrava (Buritizeiro-MG), Ilha da Mangueira (Pedras de Maria da Cruz-MG) e Ponto Chique (Ponto Chique-MG).

² Doutoranda do PPGAN-UFMG, bolsista FAPEMIG, Mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, 2017. Pedagoga - PUC-MINAS, 2009. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS – UNIMONTES) – Bolsista CAPES/ Bolsista Doutorado Sanduíche – FAPEMIG – brunamachadosimoes@gmail.com

INTRODUÇÃO

A busca de um coletivo tradicional, inicialmente nomeado de Paracatu de Seis Dedos, por terras altas que lhe dessem condições de aguardar a chegada das vazantes do rio São Francisco no sertão Norte Mineiro, de modo a poderem retornar a convivência nas proximidades de suas margens, fundamenta a criação do topônimo “Ponto Chique”, um município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais na região do sudeste brasileiro.

Com uma população estimada em 4.259 habitantes, o município está à aproximadamente uns 120 km de Pirapora (MG), cidade de maior influência da região, da perspectiva da sociedade envolvente no atual sistema político econômico vigente, de acordo com dados do governo municipal, “o município se destaca na pecuária, com um rebanho de gado de corte e leiteiro estimado em mais de 33.000 cabeças, resultando em uma enorme concentração fundiária” (RIBEIRO, 2018, p. 34).

Da perspectiva de coletivos tradicionais, que sobrevivem nos interstícios desta sociedade envolvente, grande parte da população em uma lógica de relações comunitárias, mantém seus modos de vida imbricado nas dinâmicas fluviais do personificado “Velho Chico”- o rio São Francisco. Diante da concentração fundiária que marca a sociedade envolvente, cabe aos coletivos tradicionais: pescadores e vazanteiros das terras da Marinha, ou seja, as vazantes na beira do rio. As quais, em um dado momento da história do povoado de Paracatu de Seis Dedos - os impulsionam a vislumbrar uma ampliação do seu espaço territorial, de suas territorialidades amalgamadas ao movimento cíclico do rio com suas enchentes e vazantes: um ponto chique.

1. VISLUMBRANDO UM “PONTO CHIQUE” DIANTE DAS DEMANDAS DE ADAPTAÇÃO ÀS DINÂMICAS FLUVIAIS DO RIO

Diante das contínuas cheias que apontavam a linha média das enchentes ordinárias (LMEO) no rio São Francisco, o coletivo de Paracatu de Seis Dedos, apontaram suas lideranças que, navegando pelas águas do rio São Francisco, buscassem nas proximidades, o espaço que lhe dessem melhores condições de espera das vazantes.

Na confluência das águas do rio Paracatu com as águas do São Francisco, à sua margem direita, se situava o coletivo tradicional de famílias nomeado como povoado de Paracatu de Seis Dedos. Estando a localização do espaço tradicional, frente a desagua das

águas do rio Paracatu, afluente do rio São Francisco, à sua margem direita, temos as motivações para a nomeação do espaço de vida daquele coletivo tradicional.

Segundo alguns comunitários com vínculos e memórias do povoado, a razão do nome é devido a uma personagem muito conhecida, a qual possuía uma deformidade congênita na mão, polidactilia pós-axial - “duplicação do dedo mindinho”, quanto ao sexo, a pescadora e vazanteira Nicinha, 58 anos afirma que era uma pessoa mantida como “ex-escrava reprodutora”.

As famílias deste coletivo tinham seu modo de vida amalgamado ao ciclo das dinâmicas fluviais do rio: enchentes e vazantes. Tais dinâmicas demandaram ampliação do espaço territorial, principalmente no período das enchentes, demandando às lideranças Nestor Alves Clementino e Gonçalo Ramos, na enchente de 1945, a busca por um espaço nas proximidades. Ambos trouxeram propostas diferentes, primeiramente, Gonçalo trouxe a proposta de um local às margens direitas, próximo a uma pedreira no rio, na qual criava-se uma cachoeira que remetia ao processamento tradicional da manteiga de leite. Já o Nestor, expressando o seu vislumbamento de um espaço ideal, ainda às margens à direita do rio São Francisco, descreve o lugar como um ponto muito chique.

O impasse, supracitado, levou a divisão do coletivo conformando a história do município de Ponto Chique e do distrito Cachoeira do Manteiga, atualmente distrito da cidade de Buritizeiro, às margens esquerda do rio São Francisco. Esta situação travou a disputa da imagem Sant’Ana, padroeira do povoado de Paracatu de Seis Dedos, a qual manteve a posse da ícone original, o grupo que acompanhou Gonçalo Ramos.

Atualmente a Paróquia Nossa Senhora Sant’Ana de Ponto Chique e a comunidade de Cachoeira do Manteiga - distrito de Buritizeiro, realizam as festas devocionais no mês de julho, por ocasião da celebração católica da natividade de Sant’Ana, mãe de Maria - a mãe de Jesus, celebrada no calendário católico no dia 26 de julho.

Nas pesquisas bibliográficas referente ao histórico de Ponto Chique, e das razões para nome tão singular, encontrei um narrativa “oficial”, quase sempre escrita em textos acadêmicos, seguindo a narrativa que se encontra na página da prefeitura municipal de Ponto Chique⁴. Por um tempo, me pareceu uma narrativa plausível, aceitei com tranquilidade a história como um causo, uma narrativa mítica de origem. Contudo, encontrei nas narrativas “memórias subterrâneas”⁵ das famílias tradicionais do povoado de Paracatu de Seis Dedos

⁴ Disponível em : <<https://www.pontochique.mg.gov.br/site/institucional/2/historia.html>>, acesso 4 de jan. 2025.

⁵ C. f (POLLAK, 1989, p. 6). A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de

dominada por uma narrativa oficial que coloca em dúvida a existência deste coletivo tradicional e velam, na tentativa de desconstrução, direitos tradicionalmente construídos e negados em tempos atuais, como o direito de ir e vir.

Haraway (1995, p.24) afirma que devemos escapar de tudo que já está previsto, que está posto previamente, proporcionando “conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. É estando em algum lugar em particular que encontraremos uma visão mais ampla e possibilidades de diálogo com as perspectivas dos subjugados.

As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. (...) As perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo (HARAWAY, 1995, p.23).

E Pollak (1989,p. 2) reitera que ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, pela história oral ressaltamos a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial".

Por este prisma, entendo que no momento as famílias tradicionais da Associação de Pescadores e Vazanteiros e Agricultura Familiar de Ponto Chique se organizam como coletividade na luta por reconhecimento, pelo direito de ir e vir, e quando passei acompanhá-los de perto, no campo, percebi, que o mito de origem fundacional, se fundava em “memórias coletivas”⁶ de muitas das famílias da associação, referia-se “ao conjunto de lembranças, experiências e tradições compartilhadas por um grupo social” (HALBWACHS,2006).

uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

⁶ Estou reconstruindo uma cartografia social georreferenciada com algumas famílias. Fomos in loco pegar pontos de referência do local da igreja que ficava no centro do povoado nas margens do rio, entre as casas das duas lideranças que foram à procura de terras altas não alagáveis. Foi possível encontrar alguns marcos como o pé antigo de limão - o qual fica no caminho para o antigo cemitério (hoje descaracterizado pelas pastagens do gado) e georeferenciá-los para a construção futura da cartografia. Também após a saída das famílias do povoado aconteceu uma ação de refuncionalização da natureza com a construção de um aterro que possibilitou o barramento da chegada das águas do rio em época de enchente (pelo menos das menores) pela fazenda Nova Era. Pesquisas sobre a cadeia dominial da área do povoado, hoje em posse da fazenda Nova Era, estão em curso.

Neste sentido fui ao encontro das famílias que ainda possuem algum parente vivo, ou mesmo, em que os pais, ainda que falecidos, pertenciam ao povoado de Paracatu de Seis Dedos e em ambas as situações encontrei os sujeitos pertencentes a elas. Me dei conta de que, me estava sendo cobrada a postura antropológica de levar a sério o ponto de vista de meus interlocutores. Lembrei-me do Senhor Valur, que há mais de 10 anos me havia feito esta narrativa fundacional, a qual, hoje frente a gramática do conflito social estabelecido, e a narrativa muito próxima de outros sujeitos sociais do coletivo tradicional, me colocaram em diálogo com a afirmativa de Halbwachs de que

[...]cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda, conforme o lugar que eu ocupo, e este lugar muda, segundo as relações que eu mantenho com outros meios. Há uma combinação de influências que são todas de natureza social” ...A sucessão de lembranças, mesmo as pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos. Um estado pessoal revela a complexidade da combinação de onde saiu (2006, p. 53-54)

O mesmo autor afirma que a memória coletiva refere-se ao conjunto de lembranças, experiências e tradições compartilhadas por um grupo social, como uma comunidade. As tipificações da memória coletiva apresentadas por Halbwachs me colocam em diálogo com o meu material de campo, quase todos escutas dos sujeitos relacionados ao povoado de Paracatu de Seis Dedos.

Em face das tipificações apontadas, revejo fragmentos, situações colhidas em meu campo. Diante da tipificação da *memória coletiva como histórica* - referindo-se à memória de eventos e experiências passadas (encontro a descrição de dona Mariinha do espaço físico, a mãe de Senhor Milton afirmando que foi batizada na capela do povoado; na tipificação da *memória coletiva como cultura* - apontando a memória de tradições, costumes e práticas culturais (encontro os participantes do grupo de batuque com forte expressividade reconhecida dentro do município, ligados quase sempre por relações de parentesco) e na descrição da *memória coletiva social* - referindo se às relações sociais e experiências compartilhadas (aponto os fortes vínculos dos pescadores e vazanteiros, muitos participantes do batuque, com a agricultura de vazante e pesca, meios de sobrevivência trazido da convivência direta as margens do rio e reconfiguradas pelo desenvolvimento no norte de Minas e a narrativa “oficial” da origem fundacional de Ponto Chique).

Todo este material aponta a possibilidade de aproximação dos fragmentos dessa memória coletiva, sua reconstituição poderá aproximar da compreensão da identidade deste grupo social em processo de luta por reconhecimento social.

2. O DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE MINAS E O ATERRAMENTO DE MEMÓRIAS COLETIVAS

O espaço tradicional vinculado nas memórias coletivas, as quais dialogamos neste caminho etnográfico, faz para do vale do rio São Francisco, que inicialmente, anterior a chegada de Américo Vespúcio em 1501, fora ocupado pelas tribos indígenas dos Caeté, Ubirajara, Tocha, Tupinambá, Tapuia, Amai porá, cariri e Caiapó, entre tantos outros povos indígenas (DUMONT,2007). Pereira (2013, p. 53) complementa, tal afirmação, apontando que na região do rio São Francisco dominada por povos indígenas, quase sempre possuíam a condição de fugitivos do convívio escravizante dos brancos no litoral e acolhiam em seus territórios tradicionais de resistência, brancos fugitivos da “justiça”, ciganos e negros. Nessa perspectiva, o mesmo autor descreve, a partir de informações históricas, um domínio da região por parte dos indígenas: os Caiapós (em São Romão, Januária); os Tapuias (em São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Matias Cardoso); Chacriabás (Itacarambi, Manga, Matias Cardoso).

Com a chegada dos bandeirantes, houve o extermínio da maioria dos povos indígenas, fator que possui tímida narração histórica, em meio a epopeias dos “conquistadores”, “povoadores” do Norte de Minas (ROCHA, 2017). Almeida Costa (2020) sintetiza a conformação da região do Norte de Minas por diversos sujeitos com seus modos de vida, os quais, se contrastam a partir de lógicas distintas relações societárias e com a natureza,

[...]pode-se afirmar que a região norte de Minas conformou sua cultura em diversos momentos, a partir de dinâmicas distintas, que se imbricam na vida social regional, primeiramente por indígenas e africanos, juntamente com seus descendentes, caracterizados por relação de reciprocidade e solidariedade. Depois disso, vieram os paulistas, com caráter expropriador e nômade, fixando-se no médio São Francisco, juntando-se com baianos e pernambucanos de caráter sedentário e patriarcal. Mais de um século depois, chegaram os mineiros, com ideais cartorialistas e como estruturadores do Estado, transformando arraiais em vilas e criando as elites políticas regionais. Os padres de batina branca chegaram com o intuito de civilizar o homem norte mineiro enquanto os imigrantes italianos introduziram outra racionalidade econômica e a dinâmica do embranquecimento da população existente; e, finalmente, os desenvolvimentistas, que chegaram abalando a estrutura regional, anteriormente voltada para a solidariedade e

reciprocidade, e instalando o progresso na região. E, como característica fundante, a abertura para o outro permanece dinamizando a vida de todos os norte mineiros (COSTA ALMEIDA, 2020 p. 45)

No norte de Minas, nas barrancas do São Francisco, encontramos uma diversidade de modos de vida a configurarem múltiplos signos identitários apresentando uma heterogeneidade das “gentes do rio” a consolidarem uma cultura sanfranciscana – conjunto de relações intimamente ligadas ao rio – marcadas por peculiaridades de grupos sociais nos processos de autoidentificação (SOUZA, BRANDÃO 2012).

Ponto Chique está localizada no Alto Médio São Francisco, ao norte do Estado de Minas Gerais, pertencente à região administrativa AMAMS-Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene. O município embora emancipado apenas em 1995, tem seu processo de desenvolvimento ligado ao histórico do modelo desenvolvimentista nacional, que passa por políticas que estimulam a ocupação dos Cerrados, pela expansão da agricultura e da pecuária. Tendo como maior característica a concentração fundiária.

A partir da incorporação da região do norte de Minas, nas ações da SUDENE em 1963, o modelo de desenvolvimento que vigorou em toda a região do Norte de Minas lastreou-se nos grandes projetos industriais, de reflorestamento e de irrigação. Muitos municípios da região desenvolveram-se com a implantação de projetos agropecuários, em que proprietários de grandes latifúndios, com monoculturas de soja, café, algodão e grandes plantações de eucalipto (DUMONT, 2007).

Com a modernização das fazendas, subsidiadas pelo investimento do Estado na região, via SUDENE, seus proprietários rompem as relações estabelecidas com as famílias vazanteiras e pesqueiras, e passam inviabilizar a presença destas nas margens do rio, sempre na tentativa de descaracterizar a posse tradicional das famílias através do uso do espaço. Ou seja, no processo de modernização da região politicamente estabelecida – Norte de Minas, a região culturalmente vivenciada pelos diversos modos de vidas ligados ao rio, se diverge.

O processo de desenvolvimento, submete a divisão regional cultural às dinâmicas econômicas da divisão política, ou seja, aos sujeitos detentores de capital econômico. A categoria região, para Bourdieu (1989), na sua origem, uma realidade natural, ganha concretude a partir de uma divisão do mundo social fundamentada no ato de vontade de sujeitos concretos revestidos de poder, o qual dá existência a região. Isto é, para além dos limites diferenciais do espaço natural, há também, os limites construídos socialmente.

São diversas as situações, em que as divisões políticas regionais instituídas pelo Estado, não fazem sentido para grupos sociais, de modo que se articulam em todas as

dimensões com outros grupos, sob diversas perspectivas, não concernentes a divisão regional estabelecida.

O processo de sobreposição territorial, marcado pelas diferentes lógicas de uso da terra e do rio configuram conflitos ambientais e diferentes modos de homens e mulheres incorporarem saberes que se manifestam cotidianamente em uma cultura própria, grupos sociais fortemente marcados pela relação com o rio, e dependentes deste para a manutenção do seu modo de vida.

Os sujeitos sociais do Povoado de Paracatu de Seis Dedos utilizavam tanto terras das margens do rio Paracatu, quanto a margem direita do rio São Francisco, que fica à frente daquela. Também, o coletivo tradicional da Associação de Pescadores, vazanteiros e Agricultores de Ponto Chique, os quais percebo como remanescentes da coletividade tradicional do antigo Povoado de Paracatu de Seis Dedos, se encontram como antigamente, resistindo para ocuparem ambas as margens, as quais atualmente pertencem a diferentes município: Ponto Chique e Buritizeiro.

Neste sentido, podemos afirmar que, embora, existam as divisões oficiais, enunciadas pelo poder oficial do Estado, os coletivos tradicionais a seu modo, frente às relações de poder no campo das lutas sociais, demarcam seus modos de vida conforme a sua objetivação de uso tradicional dos espaços de vida em detrimento aos interesses políticos que oriunda às divisões regionais oficiais.

Convivendo no atual espaço físico urbano da cidade, as famílias mantiveram o cultivo das terras de vazante, após enchentes do rio São Francisco, porém sem a autonomia sobre o uso tradicional das margens do rio. A mudança, ou “troca das terras” do povoado para as regiões menos alagáveis, contemporâneo ao processo de desenvolvimento do norte de Minas, o qual teve seu ápice em 1970, a concentração fundiária no norte mineiro, às margens do rio se consolidou, foram poucas famílias que conseguiram manter suas pequenas “fatias” de terras de vazantes, as quais só podiam serem acessadas via rio, pois o cercamento das terras impedia o direito de ir e vir destas famílias.

Muitas famílias se viram expropriadas de seus espaços tradicionais de vida, e passaram a se submeter às relações de trabalho feudais, como a talha – dar ao fazendeiro parte do que produzia – e a corvéia – trabalhar alguns dias de graça para o fazendeiro. Frente ao controle das terras por fazendeiros, as famílias passam a vender suas forças de trabalho para continuarem tendo acesso à terra.

Ainda que com posse de “pequenas fatias” de terras de vazantes, as famílias, em meio a sobreposição territorial, historicamente mantiveram o domínio da posse tradicional por usufruto das margens do São Francisco, através da resiliência de se sujeitar a sazonalidade da condição de agregado em diversas fazendas na região – um modo concreto de garantirem a existência do seu modo de vida às margens sanfranciscanas.

Nos últimos dez anos, em diálogo com as famílias de vazanteiros e pescadores da associação, nas ida e vindas, acompanhei a substituição da estrada de chão pelo asfalto, bem como a abstração da diversidade do cerrado que deu lugar há extensas áreas com gado e monocultivos.

Atualmente a economia está lastreada na agropecuária e monoculturas, contudo, são as famílias de pescadores e vazanteiros que garantem a soberania alimentar do município no consorciamento com o cultivo de vazantes: feijão, milho, arroz, mandioca, cana de açúcar, cachaça; a pesca artesanal e o extrativismos alternados dos frutos do cerrado, como o baru⁷, o pequi, o araticum⁸, entre outros, em suas temporadas de produção.

Esta realidade corrobora com a descrição de Almeida Costa (2020) sobre a atuação antrópica, observada na utilização da natureza pelos diferentes coletivos sociais que compõem a região do sertão norte mineiro.

Segundo o autor, distintas lógicas de ocupação e relação com a natureza se contrastam, de um lado os povos indígenas e quilombolas, com fortes vínculos com o espaço tradicionalmente ocupado, com uma racionalidade econômica voltada para a reprodução das relações sociais, apreendendo uma relação de interdependência entre o homem e a natureza. Frente aos grupos sociais da sociedade envolvente regional, grande parte migrantes atraídos pelos fatores favoráveis via a atuação e reprodução do capital, sob uma racionalidade econômica voltada para a produção de riquezas concentrada em mãos de poucos, tanto interior quanto exteriormente à sociedade regional (COSTA ALMEIDA, p. 29).

No processo de desenvolvimento do Norte de Minas, as formas de vida tradicionais em torno da atividade da pesca no Rio São Francisco, de modo mais veemente, sofreram as consequências do processo de modernização das estruturas econômicas da região. Além da expulsão dos seus territórios tradicionais nas margens do rio, a categoria dos pescadores ainda lidam com o ônus do desenvolvimento econômico advindo da poluição do rio por esgoto urbano e industrial, uso de agrotóxico, desmatamento, mineração, represamento das águas por

⁷ nome científico: *Dipteryx alata*.

⁸ pertencente à família Annonaceae.

barragens para a geração de energia, “atualmente responsável pela transformação do rio, cuja atual condição permite falar em outro corpo d’água diferente do rio São Francisco histórico” e o uso das águas do rio para o turismo, que resulta na baixa vazão e comprometimento dos estoques pesqueiros (ROCHA, 2017, p. 118-119)

Enfim, o caminho de desenvolvimento escolhido para o Norte de Minas, diferenciam as lógicas dos sujeitos, bem como das divisões regionais existentes de viés político – econômico e cultural. Para as famílias de pescadores o rio e todo o complexo a ele ligado tem um valor de uso, enquanto para os demais um valor econômico, que empreende ações de refuncionalização da natureza (ROCHA, 2017).

3. IDENTIDADES, MEMÓRIAS, E LUTA POR RECONHECIMENTO SOCIAL

As identidades de pescadores e vazanteiros, no rio São Francisco, são construídas na relação das famílias com o espaço ocupado, referentes ao trabalho desenvolvido – captura de espécies do rio e plantio nas vazantes. Entretanto, o trabalho é apenas uma das múltiplas dimensões das identidades acionadas. São ações permeadas de sentidos construídos no conhecimento tradicional na relação empírica com as condições sempre moventes do rio São Francisco: suas ilhas, suas vazantes e seus estoques pesqueiros, conferindo-lhes um modo tradicional de ser (ROCHA, 2017, p.38).

É a partir das relações, materiais e simbólicas, estabelecidas com o espaço tradicionalmente ocupado, que o coletivo comunitário da Associação dos Pescadores Vazanteiros e Agricultura familiar⁹ de Ponto Chique (MG) e a Associação de Culturas Regionais e Descendentes de Quilombolas¹⁰ são caracterizadas nas condições do decreto nº 6040/2007, dentro da categoria Povos e comunidade tradicionais: Povos e Comunidades Tradicionais podem ser entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e

⁹ Fundada em 2019 para fins de acesso de políticas públicas para as famílias, a associação está ativa e se encontra atualmente empoderada pela vitória das famílias na luta pela abertura da estrada que dá acesso as vazantes, bem como pela poder político de representantes das próprias famílias no poder público, inicialmente na câmara dos vereadores do município, e no momento presente executivo no cargo de vice prefeito.

¹⁰ Fundada em 2017 para fins de acesso a apoios públicos de incentivo a cultura a associação de seus altos e baixos conforme o acesso a alguns projetos pontuais, quase sempre propostos por sujeitos de fora. Atualmente encontra-se com documentação irregular. De modo geral as associações lidam com a falta de recursos e capacitação técnica.

usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Art. 3º do Decreto 6.040, de 7/2/07).

Brandão (2012, p.350) aponta como uma das características de base na comunidade tradicional a inevitável presença do outro na vida de todos. E Massey (2000) corrobora na compreensão da tradicionalidade presente nas memórias coletivas, reivindicando direitos territoriais obliterados, afirmando que o sentido da mesma, não se apresenta só pela internalização de uma história narrada, mas a partir de uma constelação de relações sociais estabelecidas, no caso dos comunitários aqui relacionados, nas relações estabelecidas nas margens do rio São Francisco.

Identificamos em um e outro grupo organizados enquanto associação, segundo as condições que a lei observa, do conceito “povos tribais”, no artigo primeiro, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a existência de indicadores de tradicionalidade: a presença de condições sociais, culturais e econômicas diferentes de outros setores da sociedade nacional; a presença de uma organização social regida total ou parcialmente por regras e tradições próprias; e a autoidentificação, entendida como a consciência que o grupo social tem de sua identidade tribal.

Na pluralidade identitária que existe na categoria povos e comunidades tradicionais, há uma diversidade de situações sociais que têm como denominador comum, condições de existência consideradas contrastivas à “modernidade”, situadas à margem das representações de “desenvolvimento” e “progresso” dos poderes econômicos e políticos hegemônicos. (O’Dwyer, 2007).

Nas minhas incursões em campo, e os últimos dez anos que tenho acompanhado as famílias, enquanto educadora social do Conselho Pastoral dos Pescadores, observo que as famílias, com vínculos de parentesco com os antigos moradores do povoado de Paracatu de Seis Dedo se mobilizam em dois grupos tradicionais¹¹, que embora se completam, optam por organizações sociais diferentes, ainda que, algumas famílias participem das duas associações:

¹¹ Assim como o “desenvolvimento”, ganhou maior expressão no município, exceto no cercamento das margens do rio, nos últimos dez anos. Mesmo a reação do ou dos coletivos tradicionais em Ponto Chique, respeitando a atual diferenciação dos dois grupos de famílias se organizarem, é bem recente a sua explicitação e lutas por direitos sociais e respeito morais. Mesmo com o advento de diversos coletivos identitários, ou seja, houve uma explicitação pública, destes sujeitos coletivos em processos de autoafirmação e lutas por direitos frente a criação da política nacional de desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, somente a partir de 2020 ambos coletivos explicitam as suas lutas por direitos e respeito sociais. Este recurso de autoafirmação mobiliza a compreensão de categorias como comunidade, tradicional e região que corrobora na compreensão das lutas pela manutenção de grupos sociais de um modo de vida coletivo.

o grupo do Batuque - Associação de Culturas Regionais e Descendentes de Quilombolas e a Associação de Cultura Regionais e Descendentes de Quilombolas (instaurada sob uma liderança antiga, o Senhor Valeriano Rodrigues da Silva, 74 anos, pescador, vazanteiro, artesão de móveis e instrumentos musicais, sem falar da condição de batuqueiro) e a Associação de Vazanteiros, Pescadores e Agricultores Familiares de Ponto Chique - iniciada sob a coordenação de uma jovem liderança, Reginaldo¹² de Kelé¹³.

Em ambas, é possível identificarmos a elaboração de uma “cosmografia dos territórios sociais coletivamente criados e historicamente situados” (LITTLE, 2002) com domínios cognitivos e os saberes tradicionais – presentes nas práticas sociais e memórias coletivas, os quais, asseguram, no dois grupos, as suas tradicionalidades.

O termo tradicional, acrescido a categoria comunidade “não se reduz à história, mas a mobilização continuada” (Almeida 2008, p. 30), de ressignificação cultural, situacional, conforme o conjunto de circunstâncias a marcarem as situações em que se inserem os grupos sociais com suas peculiaridades a consolidarem modos de vida que em algum grau se difere da atual sociedade envolvente.

Podemos assim perceber que os dois grupos - organizados em associações, constroem sua resistência acionando suas identidades tradicionais de pescadores e vazanteiros, sem que elas se conflituam, pois “não existem identidades ‘puras’, mas composição de múltiplas identidades que caracterizam pessoas e grupos (SCHETTINO, 2014).

Contudo, cada associação, ressalta diferentes dimensões: cultural e econômica tradicional que se complementam e descrevem o modo costumeiro de um coletivo com fortes diacríticos de remanescentes de quilombo, identidade a qual, as famílias como um todo, ainda não se pronunciaram politicamente seu auto conhecimento. Mesmo a associação do batuque, que traz no nome a especificidade de descendentes quilombolas, ainda, não encaminharam as certificações de auto reconhecimento nos órgãos competentes. “Cada grupo retira do seu estoque cultural, aqueles aspectos que, politicamente, expressam sua diferença contrastivamente” (COSTA, 2015, p.23).

¹² Reginaldo Pereira dos Santos, 38 - pescador, vazanteiro. Filho de uma forte liderança, a qual ele traz adjetivada no nome pelo qual é conhecido “Reginaldo de Kelé”. Atualmente é professor de matemática, eleito como vice-prefeito em 2025 e já foi vereador na gestão passada da câmara dos vereadores do município.

¹³ Clemente Pereira dos Santos, 84 anos, pescador e vazanteiro - uma reconhecida liderança por seus vínculos com a pesca e atividade com as terras de vazantes nas margens do rio São Francisco.

O coletivo do batuque tem se mobilizado muito no viés cultural, de modo que, nas rodas de batuque, a vivência cotidiana é expressada ao som das “caixas de batuque” e dos “roncoios”¹⁴, bem como as memórias culturais de um passado de escravidão são espelhadas:

[...] as reelaborações culturais do batuque de Ponto Chique apontam para uma teoria nativa sobre o mundo e não simplesmente uma resposta às imposições externas ou apenas uma afirmação política da cultura. O desafio aqui parece ser compreender como a própria ideia de levantamento está ligada ao termo nativo representação e aponta para uma forma de ver o mundo. As representações, a visita de pesquisadores, os eventos contribuem nesse levantamento da cultura do batuque que vem se modificando para resistir desde os tempos da escravidão (RIBEIRO, 2018, P. 52).

O Senhor Valur, notória liderança do grupo do batuque, continuamente gosta de se referir ao coletivo como o “grupo de cultura”, Ribeiro (2018, p. 58) observa que a forma como o Senhor Valur ressignifica a cultura pode parecer arbitrária e essencializadora, mas na verdade revela um processo de empoderamento, aponta para uma leitura que eles fazem dos inventos (eventos). Essa tradução aponta a agência do batuque na cosmopolítica local, o que a leva considerar como um devir quilombola.

O papel da cultura não se esgota em sua função diacrítica, enquanto marcadora de identidades nas relações interétnicas. A variável cultural no seio das relações identitárias não pode, assim, deixar de ser considerada, especialmente quando nela estiverem expressos os valores tanto quanto os horizontes nativos de percepção dos agentes sociais inseridos na situação de contato interétnico e intercultural (OLIVEIRA, 2006 p.17)

As famílias que se articulam no núcleo econômico tradicional, vivem a constante tensão e apreensão de manutenção das “fatias de vazantes”, as quais mantêm sempre nas posse das famílias tradicionais.

A tensão pela posse das áreas de vazantes e a possibilidade das mesmas serem tomadas é uma questão de inquietude para as famílias de ambas as associações, frente às constantes ameaças por parte de fazendeiros, assim como, por instâncias governamentais, frente a condição das áreas de vazantes, por serem áreas alagáveis, pertencem ao patrimônio da união, e devem serem identificadas e gestadas pela Secretaria do Patrimônio (SPU).

¹⁴ As “caixas e roncoios” do batuque são produzidas pelos próprios batuqueiros, o Senhor Valur é um especialista na fabricação. Na região do norte de Minas o roncoio” ou roncador parece ser uma especialidade regional das comunidades negras, esta afirmativa ainda se encontra em processo de confirmação no momento atual da escrita deste texto.

Em 2021, pós pandemia do Covid 19, em uma área de vazante pertencente a Manoel Messias Pereira dos Santos, 56 anos, pescador, vazanteiro - ao receber conhecidos de um vizinho, um pequeno grupo traziam a tona as memórias do povoado de Paracatu de Seis Dedos, suas resistência de manutenção de pequenas “fatias de vazantes”, as quais eram dificultadas o acesso por terra, frente ao cercamento por fazendas. Sobre seus barcos com motor rabeta ou a remo fazem o escoamento de suas produções e pescados até a cidade, frente a negação do direito de passagem de ir e vir.

No reavivamento narrativo das memórias, o longo silêncio sobre passado de expropriação da posse das margens do rio, longe de conduzir ao esquecimento, se tornou se a resistência de uma coletividade impotente opondo ao discursos oficiais que narram a substituição do nome do Povoado de Paracatu de Seis Dedos pelo município de Ponto Chique.

Neste processo de substituição, as famílias tiveram obliteradas as condições objetivas de seu modo de vida tradicional, o qual está imbricado às margens do rio São Francisco e na dinâmica de suas águas. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (POLLAK, 1989, p. 3).

Neste encontro na casa do pescador Messias, as memórias reencontraram estímulos para pronunciarem publicamente o “não dito” na histórica substituição do espaço do povoado para o lugar atual do município, no cercamento das vazantes, na negação do direito de ir e vir, dando espaço à contestação e à reivindicação, a partir deste reavivamentos das memória, o coletivo de famílias da Associação de Pescadores Vazanteiros¹⁵ e Agricultores familiares de Ponto Chique explicitam as contrariedades “não ditas” em 1945, em um conflito social publicamente pronunciado através de uma representação pública no ministério público federal.

Na escritura de ata notarial, inscrita no Cartório de Registros Civil e Notas de Ponto Chique, a coletividade de famílias declararam:

¹⁵ As famílias pesqueiras, ao longo do rio São Francisco, com o processo de desenvolvimento da região norte mineira, lidam com o processo de expropriação das margens sanfranciscana, e todo o ônus de uma degradação das águas. Rocha (2017), afirma que são diversas as denúncias de vários conflitos ambientais envolvendo famílias pesqueiras, que se iniciaram na década de 1970, com a expulsão das famílias das margens do rio. Há vários relatos de casos de queima de barracas de pescadores, destruição de plantios com a solta de gado, nas barrancas do rio por parte dos fazendeiros, usando de violência para inviabilizar o uso das margens do rio, só nos últimos cinco anos o Conselho Pastoral dos Pescadores fez várias denúncias ao ministério Público Federal, de casos acontecidos nos municípios de Buritizeiro, Ibiaí e Ponto Chique.

As famílias de produtores/pescadores instalados nesta região, os ribeirinhos (famílias tradicionais) não possuem acesso ao município de Pontos Chique, por terra, algo que foi tirado deles o direito constitucional de (IR e VIR), informaram que a estrada existente está interdita pela fazenda Nova Era, fato este, que causa vários transtornos aos ribeirinhos e seus familiares. Observamos que, sendo uma população tradicional, com sua existência e modo de vida vinculado ao rio, este mesmo necessita de trânsito livre no território que, ancestralmente, ocupa. Pois é área de trabalho destes pescadores/vazanteiros, bem como, pelo menos, parte da estrada por eles reivindicada, são áreas indubitáveis da União, fato que, merece ser considerado nos marcos legais e frente à vulnerabilidade social em que a situação do conflito impõe às respectivas famílias que dependendo rio para viver, o que caracteriza uma necessidade de urgência nos procedimentos de liberação da estrada¹⁶.

Como afirma Pollak (1989, p. 7) A memória é como uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades, etc.

As famílias se sentiram empoderadas em denunciar a negação do direito de ir e vir, a cada audiência pública se sentiam confirmadas e apoiadas frente ao conflito explicitado. Frente ao impasse de execução da restituição do seu direito constitucional de Ir e Vir, as próprias famílias, com seus instrumentos de trabalho, abriram por conta própria 09 km de estrada, e a nomearam com o nome do antigo povoado: estrada de Paracatu de Seis Dedos, antes do dia 15 de abril de 2023, quando em audiência pública é afirmado o direito a estrada para as famílias.

Como afirma Honneth (2003), os conflitos sociais, são também lutas morais, pois buscam garantir não apenas a autopreservação física, mas o reconhecimento recíproco, sendo esse uma necessidade vital do ser humano. A exigência de reconhecimento é dada pela urgência em razão do suposto vínculo entre reconhecimento e identidade. Concordamos também com Fraser (2010), frente à explicitação da importância de conceituarmos os conflitos por reconhecimento, de maneira que eles possam ser integrados aos conflitos pela redistribuição, em vez de debilitar e deslocá-los.

As dimensões explicitadas de ambas associações nos conflitos sociais em que cada uma busca reconhecimento dialogam com os modelos de de conflitos que começam pelos interesses coletivos, pois tanto a dimensão cultural, quanto a economia tradicional atribuem o surgimento das lutas sociais intimamente ligadas na tentativa de, este e aquele, de conservar ou aumentar seu poder de dispor de determinadas possibilidade de reprodução específica dos grupos, incluindo bens culturais e simbólicos (HONNETH, 2003, p. 261).

¹⁶ Cartório de Registro Civil e Notas. Escritura Pública de Ata Notarial. Livro 04, folha 176, 2021.

Considerações finais

As lembranças do Povoado de Paracatu de seis dedos são compartilhadas por um grupo de famílias com algum vínculo de parentesco e comunitários. Nas margens da história oficial narrada, tais memórias coletivas são seletivas, para alguns indivíduos esquecidos ou negligenciados. Na escuta destas famílias, percebo uma plasticidade nas narrativas.

Há transformações e adaptações, influenciadas por mudanças sociais, políticas e culturais, como o processo de desenvolvimento do Norte de Minas em que lógicas distintas de uso e relação com todo o sistema fluvial do rio São Francisco entrem em disputa.

Expropriado de seus espaços de vida tradicionais, as coletividades de pescadores, vazanteiros - remanescentes de quilombo, veem suas memórias coletivas serem narradas como fábula fundacional do município de Ponto Chique no Sertão Norte Mineiro.

Contudo, as memórias coletivas estão resguardadas nas histórias orais, na presteza dos pés que colocam ritmo, na vida musicada nas rodas de batuque pelas famílias de batuqueiros, da mesma forma que, são preservadas na economia tradicional consorciada entre a atividade da pesca artesanal, agriculturas de vazante e extrativismo dos frutos do cerrado.

Frente a chegada de antagonista no processo de “desenvolvimento” na região do Norte de Minas, uma ocupação tradicional espaça pela região, se torna memórias subterrâneas de um povoado, embora caracterizado como narrativa lendária pela sociedade envolvente de Ponto Chique, tais memórias são reavivadas e emergem como lutas sociais que demandam por organizações políticas destas famílias, respaldadas por lastros da ordem da tradição (por modos próprios de vida, memória social, práticas sociais e produtivas, territorialidades específicas).

No caminho etnográfico que estou trilhando, vejo o desafio do acesso às memórias coletivas, pois auxiliará no evidenciamento da identidade das famílias, e no processo de rememoração ambas as famílias organizadas nas duas associações: Associação de Culturas Regionais e Descendentes de Quilombolas e Associação de Pescadores Vazanteiros e Agricultura familiar poderá contribuir para a coesão social, possibilitando o fortalecimento do senso de pertencimento e solidariedade entre os comunitários.

A reconstrução do histórico de ocupação tradicional, das famílias descendentes do povoado de Paracatu de Seis Dedos, corroboram para o reconhecimento como grupo

culturalmente diferenciado, dentro da categoria dos Povos e Comunidades Tradicionais, assegurando lhes condições em suas lutas por reconhecimento identitário e social.

Nos processos de disputas territoriais de diferentes territorialidades nas margens do rio São Francisco, os pescadores artesanais, são os atores políticos mais vulneráveis, e tendo seu modo de vida imbricado nas dinâmicas fluviais, são dependentes da compreensão de um desenvolvimento, que considere a sua interdependência em relação ao seu ambiente social e natural, com todas as unidades de paisagens do rio, lastreada no valor de uso e presente em diversos coletivos tradicionais, a demandarem por parte do Estado políticas públicas específicas, enquanto cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W.B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, A. W.B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 25-131.

BRANDÃO, C. R. 2012. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida. LUZ, Cláudia (Orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Intermeios, Montes Claros, p. 367-380.**

COSTA, João Batista de Almeida. **A invenção de sujeitos de Direitos e Processos Sociais: Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil e no Norte de Minas Gerais**. In: LAUREANO, D. S; XAVIER, E. D; MAGALHÃES, J. L.Q. (Org.) Coleção Direito e Diversidade. Belo Horizonte: Initia Via, 2015, 84 p.

Norte de Minas: cultura catrumana, suas gentes, razão liminar [recurso eletrônico] / João Batista de Almeida Costa. – Montes Claros: Editora Unimontes, 2021.480 p.

DUMONT, S. R. T. **São Francisco – caminho geral do sertão: cenários de vida e trabalho de pescadores tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais**. 171 f. Dissertação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRASER, Nancy. **Repensando o reconhecimento**. ENFOQUES – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ Volume 9, número 1, agosto 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. Capítulo I.

HARAWAY, DONNA. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, v.5. Campinas: Ed. Unicamp, 7-41p, 1995.

HONNETH, Axel. “Desrespeito e Resistência: a lógica moral dos conflitos sociais”. In: HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: Arantes, Antônio (org). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus Editora, 2000, p. 176-185.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “Identidade étnica e a moral do reconhecimento”. In.: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da Identidade. Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Unesp, 2006.

O’Dwyer, E. C. **TERRAS DE QUILOMBO: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**. TOMO São Cristóvão-SE Nº 11 jul./dez. 2007.

Ribeiro, Pâmilla Vilas Boas Costa. **A vida é um remanso: Performance, cultura e política no batuque de Ponto Chique (MG)**, dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação em Antropologia Social/ UFMG, 2018, 174 p.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos. 2 (3): 3-15, 1989.

ROCHA, L. A. **O Poder da Territorialidade: “o lugar da gente”, o território pesqueiro**. 177 f. Dissertação. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SCHETTINO, M. P. F. **Relatório Técnico Pericial, n.º40, de 2014**. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2014. 28 p.